ing. CX.



Câmara Municipal de

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXERCÍCIO DE 19 93

INTERESSADO: Namy Chequer- Vereador

PROTOCOLADO SOB O N.º 3174/93

ASSUNTO:

Projeto de Decreto Legislativo nº 170

AUTUAÇÃO

Aos 27 dias do Mês de outubro

do ano de mil novecentos e

xaixentaxe noventa e tres , autuo, nos termos da lei, a petição de fls. I e mais

documentos que se seguem.

Câmara Municipal de Ditória



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/93

EMENTA: Declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Moradores da Cidade Alta.

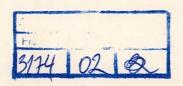
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade dos Moradores da Cidade Alta, com sede nesta Capital à Rua Pedro Palácios nº 104 - Sala 901 - Cidade Alta.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Attílio Vivacqua, 27 de outubro de 1993.

NAMY CHEQUER

VEREADOR - PC do B

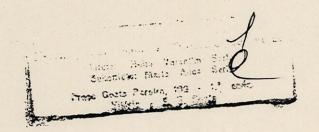


JUSTIFICATIVA

Fundada em 06 de outubro de 1991, a Sociedade dos Moradores da Cidade Alta tem por finalidade: desenvolver e preservar o convívio sadío e cordial entre os moradores da Cidade Alta; defender e pugnar pelos interesses coletivos do bairro junto aos concessionários de serviço público, às repartições públicas, autoridades e entidades privadas; desenvolver estudos e prestar serviços que visem atender aos interesses da comunidade; trabalhar para a preservação dos logradouros públicos do bairro em colaboração com os órgãos competentes; desenvolver atividades esportivas, educativas e culturais de interesse da comunidade.

Aspiração dos moradores da Cidade Alta, o Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos à apreciação dos senhores e senhoras vereadores tem caráter eminentemente social, sendo fundamental para os moradores daquele bairro sua aprovação.

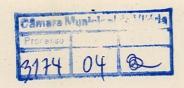




SOCIDADE DOS MORADORES

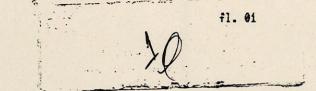
DA CIDADE ALTA

(ESTATUTO)



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE e OBJETIVO:



- Art. 1º É constituída, pelo presente estatuto, a SOCIEDADE DOS MORADORES DA CIDADE ALTA, Sociedade Civil com sede e fôro a rua Pedro Palácios 104, sala 901 - Cidade Alta - Vitória - Estado do Espírito Santo.
- Art. 2º A sociedade não tem finalidades lucrativas, políticas ou religiosas e tem como objetivos:
 - a) desenvolver e preservar o convívio sadio e cordial entre os moradores da Cidade
 Alta;
 - b) defender e pugnar pelos interesses coletivos do bairro junto aos concessionários de serviço público, às repartições públicas, autoridades e entidades privadas;
 - c) desenvolver estudos e prestar serviços que visem atender aos interesses da comunidade;
 - d) trabalhar para a preservação dos logradouros públicos do bairro em colaboração com os orgãos competentes;
 - e) desenvolver atividades esportivas, educativas e culturais de interesse da comunidade.

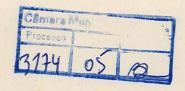
CAPITULO II

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS e DEVERES:

- Art. 3º A Sociedade será composta das seguintes categorias de sócios:
 - a) Fundadores
 - b) Contribuintes
 - c) Beneméritos

Art. 4º - São sócios:

- a) Fundadores: os que assinarem a Ata de Constituição da sociedade;
- b) Contribuintes: os que contribuirem regularmente com uma determinada quantia para o funcionamento e manutenção da sociedade;
- c) Benemérito: os que tenham prestado serviço relevante à sociedade, a critério da Assembléia Geral.



o Grillas Pesson.

Saria

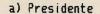
abelico de Notas

idric de

Pistees, Jurio

e será compost

art.10º - A Diretoria Executiva terá mandato de 04 (quatro anos)



- b) Vice-Presidente
- c) Tesoureiro
- d) Secretário

Art.11º - A Diretoria Executiva compete:

- a) Cumprir o presente estatuto e trabalhar dentro dos objetivos nele fixados;
- b) Gerenciar as atividades da Sociedade e seu patrimônio;
- c) Representar a Sociedade junto aos poderes públicos e entidades privadas;
- d) Organizar, semestralmente, uma Assembléia Geral, para prestação de contas da Gerência da Socidade;
- e) As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos seus componentes, cabendo ao Presidente, além do voto de qualidade, o voto de desempate.

Art.12º - Ao Presidente compete:

- a) Representar a Sociedade junto aos órgãos públicos, pessoas físicas, pessoas jurídicas e demais entidades;
- b) Assinar os documenttos da Sociedade;
- c) Convocar reuniões e Assembléias Gerais;
- d) Assinar com o Tesoureiro os atos que importem em movimentação de fundos;
- e) Assinar com o Secretário as correspondências e documentos burocráticos.

Art.13º - Ao Vice-Presidente compete:

Substituir o Presidente no seu impedimento e auxiliá-lo nos seus encargos administrativos.

Art.14º - Ao Tesoureiro compete:

a) Manter sob sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Sociedade;

Art. 5º - A admissão de sócios realizar-se-á mediante proposta de um associado e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 6º - São direitos dos sócios:

- a) Participar das reuniões e assembléias gerais;
- b) Votar e ser votado nas Assembléias Gerais, na forma deste Estatuto;
- c) Requerer a convocação de reuniões e Assembléias Gerais, de acordo com o estipulado neste Estatuto;
- d) Solicitar da Diretoria Executiva informações sobre questões de interesse da sociedade e oferecer sugestões.

Art. 7º - São deveres dos sócios:

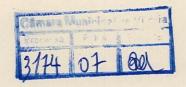
- a) Trabalhar em favor dos objetivos da Sociedade;
- b) Respeitar o presente Estatuto;
- c) Efetuar o pagamento de suas contribuições;
- d) Comparecer às reuniões e Assembléias Gerais;
- e) Acatar e respeitar as decisões dos órgãos diretivos da Sociedade.
- Art. 8º Por decisão da Assembléia Geral os sócios estão sujeitos às penas de ADVERTÊNCIA e ELI-MINAÇÃO, nos casos de não observância dos deveres sociais.

CAPITULO III

DOS PODERES DA SOCIEDADE:

Art. 9º - São órgãos da Sociedade:

- a) Diretoria Executiva
- b) Conselho Fiscal
- c) Assembléia Geral



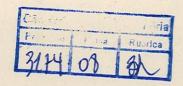
- b) Receber as contribuições e outras rendas eventuais e assinar os respectiv
- c) Efetuar o pagamento das despesas autorizadas e visadas pelo Presidente;
- d) Apresentar mensalmente o balancete de suas atividades;
- e) Assinar com o Presidente os cheques de pagamentos.

Art.15º - Ao Secretário compete:

- a) Dirigir e fiscalizar todos os trabalhos da Secretaria;
- b) Manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos da Sociedade;
- c) Redigir, assinar, ler as Atas de reuniões e Assembléias Gerais e as correspondências
- Art.16º A Assembléia Geral, órgão deliberativo superior da Associação, será composta dos sócios de todas as categorias e será convocada e presidida pelo Presidente da Associação para conhecer e deliberar sobre matéria de interesse social.

Art.17º - A Assembléia Geral compete:

- a) Eleger a Diretoria;
- b) Deliberar sobre a dissolução da Sociedade, caso se torne impossível a realização de seus fins;
- c) Deliberar sobre os assuntos para os quais fôr convocada, com decisões soberanas;
- d) Alterar o presente Estatuto;
- e) Reunir-se pelo menos uma vez por trimestre por solicitação do Presidente ou por iniciativa própria ou por convocação de mais de 20 (vinte) sócios;
- f) Conceder títulos de Sócio Benemérito.
- Art.18º A convocação da Assembléia Geral é feita por entrega de Ofício mediante recibo, envio por correio ou entrega na residência, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.
- Art.19º é permitido aos associados fazerem-se representar nas Assembléias Gerais por procuradores, por instrumento particular de Mandato.



de Nata

Art.20º - As decisões da Assembléia Geral são soberanas e tomadas pelos votos dos secios presentes, sendo sempre lavrada a Ata.

Art.21º - O Conselho Fiscal será composto de 3 (tres) membros, sendo um deles o Presidente.

Art.22º - O Conselho Fiscal será eleito pela Assembléia Geral, no momento da eleição da Diretoria Executiva, será empossado no mesmo dia e terá mandato de 4 (quatro) anos, em períodos coincidentes.

Art.23º - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Fiscalizar os balancetes, livro caixa e todos os documentos relativos à gestão financeira da Sociedade;
- b) Fiscalizar o cumprimento da legislação vigente;
- c) Solicitar da Diretoria Executiva a regularização de documentos que estejam em desacordo com o estatuto ou legislação vigente;
- d) Convocar a Assembléia Geral para relatar irregularidades cometidas pela Diretoria Executiva ou qualquer de seus membros.

CAPITULO IV

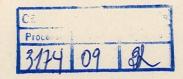
DAS REUNIÕES:

Art.24º - As reuniões da Diretoria Executiva deverão ser realizadas mensalmente ou quando se fizer necessário.

Art.25º - As Assembléias Gerais serão abertas com a presença mínima da metade mais um dos sócios na hora determinada. Não havendo quorum será iniciada 30 (trinta) minutos após com qualquer número de sócios.

CAPITULO V

DAS ELEIÇÕES:



od 228

Ichelido de Nos

Satia

Art.26º - As eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho fiscal serão realizadas 15 (quinze) dias que precedem ao término do mandato em vigor da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

色细色200

Plottes, Jari.

Art.27º - Poderão votar todas as categorias de Sócios, sempre em Assembléia Geral.

Art.28º - Os Sócios que não puderem comparecer às eleições poderão se fazer representar mediante instrumento particular de procuração.

Art.29º - Cada Sócio poderá receber, no máximo 3 (tres) mandatos de Sócios ausente.

Art.30º - As inscrições para chapas que irão concorrer deverão ser abertas 10 (dez) dias amtes e encerradas no início da Assembléia Geral convocada para este fim.

Art.31º - O voto será secreto e em impresso fornecido pela Diretoria Executiva.

Art.32º - A votação será por chapa, não podendo ser votados nomes de chapas diferentes.

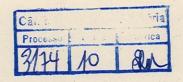
Art.33º - Será considerada vitoriosa a chapa que obtiver o major número de votos.

Art.34º - A apuração será feita imediatamente após o término da votação.

Art.35º - A posse dos membros eleitos será efetuada no dia imediato ao do término dos mandatos em vigor.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



Art.36º - Os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal não serão remunerados.

- 37º Para atender os objetivos da Sociedade a Diretoria Executiva poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas.
- Art.38º Nenhum dos membros da Diretoria Executiva poderá ser eleito para o Conselho Fiscal e vice-versa.
- Art.39º Nenhuma atividade estranha a prevista neste Estatuto poderá ser exercida por qualquer dos Sócios em nome da Sociedade, sob pena de responsabilidade civil e criminal.
- Art.40º No caso de extinção da Sociedade, a Assembléia Geral decidirá sobre o destino dos bens e capital.
- Art.41º A duração da SOCIDADE DOS MORADORES DA CIDADE ALTA será por tempo indeterminado e se extinguirá na forma do presente Estatuto.

CARTORIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS Comarca da Capital - Vitória - ES

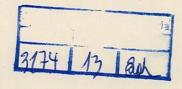
Lipr sentedo em 29 / 10

Tagistrado no Hyron

Viroi 3. LS 06 de Outubro de 1997 Lano Rodrigues Moscoso -Jilson Borges Vivia faille Lisses Jose De Souza Vanes Bis Deen Interio Fagin France toão Lodregees & JARO ROSPIGOES DE MATOS FICHO filhtuing (Gilbert) & EVALAD JEDIUTO BENEILA Hestellier Fold Vierra HECIO CHARDI

Educado Loquedo Gillo VERONICA ROSANGOLA THOU CASAGRANDE. Justica Douglassipage Cha Civelia Monara Nassur Maria Pureza Lantos de Matos Haura Rodiques de Mator Maximino Jelzurfato; is vellington R. dath Me Source Majory 18 Manzaglaraisa Autua tuatos trus codo Leste Boeth do Cout De y garnino Bergamin Chuid Reface Mazaull

Ata no 1 da Assemblera Geral da Solo-da do Moradores la Codade Alta tos 6 (seis) dias da mes a Ontubro de mil provecentos e proventa e um 10 (dez) horas da mantia, os moradores de Cidorte, Alta, runidos un Assemblem Gal. dicidiram bela fundación da Sociedade dos Moradores da Cidade Alla. Esta surgião for presidida pelo de Edung Rodugues Moscoso e Secretariada por Misses fose de Aouza, e, parante os cidadaos que assintuam a lista de presenca me pagina anterior, for lido o Estatuto que apro aprovado bios presentes basson a reger a menjeronada Dociedade, a partir distre data la aclamaçãos por eleita, a Siretoria Executiva pros Doria, com mandato até 31/12/91, ficunelo a m ma assime constitué de l'usidente Edup Rod gues Monoso, Vicey Presidente. Engenio R. Gieria Decretario Ulases fosi de Avriza, Tespressiro. Gilberte Saraiva, como membros efetiros, do Consella tiscal forom acknyados: João Matos Rodigues Jose Maria Alves hospes, Helio Chrabai e como su dentes 1. Cildario Airginia, Dalton Carvallo e Senedito Francisco de Oliveira fivor ainta establiseido que a sede prossocia da Sociedade, par contactos divusos. sua no seguinte endereco, Ena Pedro Palacios no 40- pala Go! Ed Heitenbergen lisable Alla, Vitoria (ES). Nida mais havend A ser disgutido, encessoure, esta, renerião, tendo en Ulina Jose de Amez lamado esta ata gife vai por umi assimul , Julo presidente. Munes pri de maza. Which of the outson & 1999





CERTIDÃO

O Bacharel Helio Valentim Sarlo - Oficial Vitalício do Cartório do Registro Civil da 1.º Zona Judiciária das Pessoas Naturais e das Pessoas Jurídicas e Tabelião desta Comarca de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei, etc., etc.,

CERTIFICA dá fé por haver sido requerido pela parte interessada, (seu Presidente) Sr. Edno Rodrigues Moscoso, que nes ta data e meu cartorio, no livro de registro A-09, sob o nº 8798 de ordem, fiz registrar o estatuto social da sociedade, aqui ins crita em resumo do que dou fé: SOCIEDADE DOS MORADORES DA CIDADE ALTA, tera O SEU PRAZO DE DURAÇÃO INDETERMINADO, com sede provisoria a Rua Pedro palacios, 104, sala 901, naCidadeAlta, Vitoria, Estado do Espirito Santo, tem por objetivo a desenvolver preservar o convivio sadio ecordial entre os moradores da cida dealta, defender e pugnar pelos interesses coletivos do bairro ,sera administrado por uma Diretoria composta de:PRESIDENTE, a quem compete representar asociedade em Juizo e fora dele; Vice Presidente; Tesoureiro e secretário, com o Mandato de 04 anos; Compete aAssembleia Geral, alterar os seus estatutos e em caso de extinção o seu patrimonio terá o destino que a ASssembleia Geral decidir. Foram apresentados junto a petição que requereu o regsitro o2 copias do estatuto social,02 vias da Ata daFundação aprovação do Estátuto Eleição e Posse da Diretoria, provisoria, com o Mandato até4 31 de dezembro de 1991., assim constituida: PresidenteEDNO_RODRIGUES MOSCOSO.Vice- PresidentE: Eugenio R. Vieira ; Secretário : Ulissses José de Souza; Tesoureiro: Gilberto Saraiva.Ol exemplar do Diário Oficial do Estado datado de 21 de outubro de 1991.

O REFERIDO È VERDADE E DOU FÈ.

Ofiail efetivo e vitalicio a fiz datilogarafr, conferi, subscrevo dou

dou fe e assino.

OFICIAL

Linday Helin Valontin Sarle Spiraticio: Cimis Alica Serio Playe Costs Poreiro, 193 - 1. code



Câmara Municipal de Vitória ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória
Processo Folha Ruttica
4134 14 2804

Deportamento loegislativo,
que possibilite a apresentação de proporições desta natureza.
The argument startstands
que possibilité à aprésentação
de proporições desla natureja.
Eur, 2/8/10/93/
La company of the second of th
(Y V
1 (+ 12
A Superintendenció,
V Your or necessarion
provi dências.
providências. Eur, 30/03/95
Ricard Wagner V. Perelra
Director do Dept.º Lagislativo
AO D. M. A.
Senhor Diretor
De ordem da Superintendencia, encaminho para arquivamento.
Em, 09 130 1 96
- Va sanes
Marta Leal Zaganelli DIRETORA GERAL
ARQUIVE - SE
EMOYI SU 1196
June 1997